

Collor e Sarney combinaram brigas para vencer Lula

Jamil Bittar — 3/3/90

João Bosco Rabello e
Mário Rosa

Em público, só hostilidades

"Irresponsável, omissão, desastrado e fraco", (Collor, a respeito de Sarney, 04/11/89)

"O senhor sempre foi um político de segunda classe", (Collor, ainda em 04/11/89)

"O Collor está acabado, derrotado", (Sarney, 06/11/89)

"Com Sílvio Santos ou não, Collor não tem mais chances", (Sarney, 06/11/89)

"O senhor está com medo de perder seus privilégios, suas mordomias talvez", (Collor, no horário eleitoral, 04/11/89)

"O senhor está apostando no caos, na bagunça, no quanto pior melhor" (Collor, 04/11/89)

"Nossa gente sabe que o senhor patrocinou esta trama, esta montagem, esta negociata" (Collor, a respeito da candidatura Sílvio Santos, 04/11/89)

"O candidato de hoje insulta o presidente, desmente uma carreira política sempre no poder como se uma plástica biográfica operasse um milagre de uma cara nova", (Sarney, ao responder na TV ao programa de Collor, em 10/11/89)

BRASÍLIA — Às 8h da manhã do dia 27 de fevereiro passado, um helicóptero UH Esquilo 55 da FAB decolou da Base Aérea de Brasília em direção à Casa da Dinda, residência do então presidente eleito Fernando Collor de Mello. Ao lado do general Agenor Homem de Carvalho, futuro chefe do Gabinete Militar, Collor embarcou e, minutos mais tarde, pousou no sítio São José do Pericumã, de propriedade do ainda presidente José Sarney. Era terça-feira de Carnaval. Começavam a ser construídas ali, durante um encontro cercado de sigilo, as bases de um acordo para a transição. O país, porém, só tomara conhecimento de um contato oficial entre os dois presidentes três dias depois, sexta-feira, numa audiência no Palácio do Planalto — na verdade, o segundo encontro entre os dois.

Tanto na conversa pública do Planalto quanto no diálogo secreto do Pericumã, era impossível perceber a animosidade que separou os dois protagonistas durante toda a campanha eleitoral. Para chegar a essa aparente e súbita harmonia, eles cumpriram algumas etapas preliminares igualmente rodeadas de mistérios. Na manhã do dia 15 de janeiro último, Collor foi flagrado de paletó e gravata num passeio de lancha no Lago Paranoá. Sua assessoria criou a versão de que ia para o trabalho, num complicado roteiro que incluía a troca do passageiro para um automóvel. Na realidade, Collor acabava de chegar de uma reunião de uma hora com os três ministros militares de Sarney. Na véspera do Natal de 1989, a hoje ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, conversou cinco horas com o ministro da Fazenda de Sarney, Mailson da Nóbrega, na casa do empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, atual secretário de Assuntos Estratégicos.

A estrada entre Collor e Sarney começou a ser pavimentada antes mesmo que as urnas indicassem o nome do novo presidente. No início de dezembro, duas semanas antes do segundo turno das eleições, o empresário Paulo César de Farias, o PC, que funcionou como caixa da campanha de Collor, chegou de manhã ao Palácio da Alvorada. PC levava a Sarney a mensagem de que Collor não tinha mais como evitar ataques diretos e freqüentes ao governo que acabava. E mais: caso Sarney insistisse na retaliação, as críticas subiriam de tom. O recado era claro. Sarney precisava assimilar os golpes, em nome de um interesse comum. Se não fosse assim, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, poderia chegar à Presidência.

Manobra ousada — Pela lógica de PC, o fosso entre seu chefe e Sarney era grande, porém menor que o abismo que afastava a ambos de Lula. O receio de PC era o de que Sarney ainda tivesse munição suficiente para alvejar seu candidato. Estavam frescas na memória de Collor e sua equipe as lembranças do estrago provocado por Sarney ao apoiar a candidatura-relâmpago do animador Sílvio Santos, nos instantes finais do primeiro turno — uma aventura que custou ao candidato do PRN uma queda nas pesquisas eleitorais. Ruim mesmo foi a exibição de um vídeo em que Collor, no início de seu governo em Ala-

goas, aparecia ao lado de Sarney cobrindo-o de elogios. Era o mesmo Sarney a quem, dois anos mais tarde, atacaria impiedosamente e que, para se defender, exibiria em rede nacional a cena de Alagoas.

A aproximação de Sarney foi detonada pelo deputado Bernardo Cabral, hoje ministro da Justiça de Collor. Depois de algumas conversas infrutíferas com o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), último chefe do Gabinete Civil do governo passado, Cabral resolveu partir para uma manobra ousada. No dia 23 de fevereiro, uma sexta-feira, telefonou para um ajudante-de-ordens de Sarney. "Diga ao presidente que gostaria de encontrá-lo para discutir a nomeação de um ministro", propôs. De acordo com um parlamentar ligado a Collor, o real objetivo de Cabral, que agia com o aval do presidente eleito, era conquistar a cooperação de Sarney para a edição do pacote econômico que seria baixado no primeiro dia do novo governo. Collor precisava contar com um presidente do Banco Central, cuja indicação tinha que ser aprovada pelo Senado, no dia da posse — e para isso dependia da caneta de Sarney.

O ajudante-de-ordens telefonou para Sarney, relatou o contato com Cabral e, segundo um ex-ministro, foi orientado a encaminhar o emissário de Collor a Saulo Ramos, que era o ministro da Justiça. Sarney chegou a argumentar que, na sua posição, só poderia conversar com outro presidente. Meia hora mais tarde, após ouvir de um ministro a ponderação de que o contato de Cabral poderia ser sondagem de Collor para um encontro, Sarney aquiesceu. Seu ajudante-de-ordens telefonou, então, para o futuro chefe do Gabinete Militar, o general Agenor. Conforme relato de um amigo de Collor, o general confirmou a expectativa dos auxiliares de Sarney e passou a ser o elo de ligação.

"Como vai a Leda?" — A data foi marcada para 27 de fevereiro. Para que a operação não vazasse, várias precauções foram tomadas. Conforme um político com trânsito junto a Collor, até mesmo as conversas telefônicas sobre o assunto no Bolo de Noiva, o anexo do Itamarati que serviu de base para a equipe de transição, foram evitadas. Collor foi informado por

assessores militares de que os telefones poderiam estar sendo alvo da escuta do Serviço Nacional de Informações, que o presidente viria a extinguir. Outra providência foi marcar o encontro para o início da manhã, um horário considera menos suspeito. "Como vai a Leda", saudou Sarney, ao receber Collor no Pericumã, referindo-se à mãe do seu sucessor e sua antiga conhecida. Sarney perguntou também pelo "Marcos", referindo-se ao embaixador Marcos Coimbra, cunhado de Collor e atual secretário-geral da Presidência, a quem indicara para chefiar a embaixada brasileira na Grécia.

O encontro transcorreu num clima amistoso. Os laços de Sarney com a família Collor colaboraram bastante para o entrosamento. O ex-presidente e o pai de Collor, o falecido senador Arnon de Mello, eram velhos amigos. Sarney chegou a subir à tribuna do Senado, no final da década de 60, para defender Arnon de críticas. Eles moravam na mesma quadra, freqüentavam os mesmos ambientes, tanto que os filhos de Sarney, Roseana e Zequinha, José Sarney Filho, costumavam conviver com o então caçula de Arnon, Fernando. Apenas Collor e Sarney ficaram na sala de 25 metros quadrados do Pericumã. Do lado de fora, na varanda de lajotas do sítio, dona Marly Sarney fazia sala para o chefe do Gabinete Militar de seu marido, o general Rubem Bayma Denys, acompanhado de seu futuro substituto, general Agenor Homem de Carvalho.

Foi nesse diálogo, e não no do Planalto, que Collor e Sarney acertaram os pontos sobre a transição. Além da questão do Banco Central, Collor deixou aberta a porta para vir a se socorrer no caso de uma emergência — o que acabou acontecendo com a necessidade de que Sarney decretasse o feriado bancário anterior ao plano Collor, dois dias antes de deixar o cargo. No trecho político do colóquio, Collor chegou a explicar os motivos que o levaram a recrudescer seu discurso contra Sarney nos palanques. No final, já na varanda, os dois se despediram e marcaram o encontro oficial, uma daquelas cerimônias protocolares destinadas a produzir fotografias para os jornais. Antes de sair, Collor propôs um compromisso. "O que



Collor com Sarney no Planalto: o encontro oficial

aconteceu aqui hoje deve ser mantido sob sigilo", disse, obtendo a anuência da pequena platéia.

Conciliação — A coreografia ensaiada por Collor e Sarney, na verdade, não chega a ser uma novidade na história política do país. Em 1862, o imperador Pedro II já demonstrava uma rara flexibilidade para a conciliação. Numa ocasião, depois de crivado de críticas disparadas por parlamentares contrários à monarquia, o imperador suavizou sua reação. "Doem-me as injustiças que me fazem, mas é meu dever não permitir que, por injúrias pessoais, prive o país dos serviços de brasileiros distintos", disse. A proclamação da República, um movimento militar que não contou com quase nenhuma participação civil, representou apenas uma troca da guarda entre os detentores do poder.

"Não promovi a República, não a desejo. Se tenho combatido a monarquia, a culpa não é minha, e sim dela, da sua aversão a reformas necessárias", confidenciou, por exemplo, Rui Barbosa numa conversa com um dos líderes do movimento, Benjamim Constant, quatro dias antes da Proclamação que o levaria a ser o primeiro ministro da fazenda republicano. No episódio mais recente, anterior à posse de Collor, o presidente Tancredo Neves, eleito por uma frente de oposição ao regime militar, chegou a sugerir, sem sucesso, que o governo Figueiredo negociasse a dívida externa antes de sua posse, num dos inúmeros lances de bastidores que protagonizou. "O entendimento político não deve ser visto com preconceito, mas sim como uma obrigação das elites políticas", diz o cientista político Bolívar Lamounier.

Zélia e Mailson — Até chegar ao Pericumã, a história da transição "civilizada", como preferem os auxiliares do Planalto, teve que passar por outros estágios. No dia 15 de janeiro, Collor atracou sua lancha no pier de uma casa do Lago Norte, em Brasília, para encontrar-se com a tróica militar de Sarney: general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército; brigadeiro Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; e almirante Henrique Saboya, da Marinha. Não se falou de sucessores. Nem

era preciso. Durante o primeiro turno, o empresário Eduardo Cardoso, amigo de Collor e companheiro de quadras de tênis de Leônidas, serviu várias vezes de pombo correio. Numa dessas ocasiões, Leônidas sugeriu a Cardoso que Collor anunciasse os nomes dos ministros militares antes de 15 de novembro. Noutra oportunidade, mandou o recado de que gostaria de falar com o líder das pesquisas. "Só falarei com militares depois que for eleito", mandou dizer Collor.

Eleito, cumpriu o compromisso e até ampliou-o. No dia 17 de fevereiro, Collor telefonou para os ministros fardados de Sarney e pediu a eles que comunicassem aos seus sucessores nas três forças, que eles haviam sido os escolhidos. "O senhor fez o seu sucessor", parabenizou o presidente eleito, na ligação ao ministro Leônidas. Na verdade, o candidato do ministro era o general Jonas Moraes de Correia Neto, e não o general Carlos Tinoco, que acabou emplacando.

A mesma habilidade Collor demonstrou no primeiro encontro entre sua então assessora econômica, a hoje ministra Zélia, e o ministro Mailson da Nóbrega. Através de Paulo Ximenes, seu segundo na pasta e, agora, secretário-executivo do Ministério da Infra-Estrutura, Mailson fez chegar aos ouvidos de Zélia que gostaria de marcar uma conversa.

"Vá, não diga nada e tente saber o que ele está querendo dizer", instruiu Collor. Após cinco horas de reunião, Zélia seguiu com seus assessores para a Casa da Dinda — de madrugada. Lá relatou o teor das explanações de Mailson e combinou com o presidente eleito que, a partir daquele ponto, os contatos que viessem a ocorrer seriam feitos apenas por técnicos. Os dois só voltariam a se ver no dia 20 de fevereiro, quando Zélia subiu ao quinto andar do Ministério da Fazenda, para um encontro formal com Mailson no gabinete que hoje ela ocupa. Na véspera, Zélia havia telefonado para seu antecessor. "Precisamos sair da clandestinidade e mostrar que as equipes podem conversar", ponderou. A clandestinidade, mais uma vez, já fazia parte da história.